

Ator principal: ANP		Ator principal: IBAMA		Ator principal: MARINHA		Ator principal: CNEN	
<div>Atores secundários:<ul style="list-style-type: none">- Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP)- Superintendência de Exploração (SEP)- Superintendência de Promoção de Licitações (SPL)- Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM/ANP)</div>		<div>Atores secundários:<ul style="list-style-type: none">- Diretoria de Licenciamento Ambiental- Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Marinhos e Costeiros- Coordenação de Licenciamento Ambiental de Produção de Petróleo e Gás Offshore</div>		<div>Atores secundários:<ul style="list-style-type: none">- Departamento de Pesquisas e Obras em Vias Navegáveis- Diretoria de Portos e Costas – DPC</div>		<div>Atores secundários:<ul style="list-style-type: none">- Divisão de Controle de Rejeitos Radioativos- Diretoria de Radioproteção e Segurança Nuclear</div>	
REFERÊNCIAS NORMATIVAS DE DESCOMISSIONAMENTO DE INSTALAÇÕES:							
Resolução ANP Nº 817/2020 (D.O.U de 27/04/20)	Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP: Dever de regulação, análise e aprovação dos Programas de Descomissionamento de Instalações (PDI) e Relatórios de Descomissionamento de Instalações (RDI) e fiscalização das atividades. Atribuição das unidades organizacionais da ANP: <ul style="list-style-type: none">- Superintendência de Desenvolvimento e Produção (SDP): análise e aprovação dos Estudos de Justificativas para o Descomissionamento (EJD), avaliação do término da produção dos campos e acumulações marginais (Fase de Produção), enquadramento dos campos e acumulações marginais na Oferta Permanente e resilição contratual.- Superintendência de Exploração (SEP): análise e aprovação dos PDIs de instalações de TLD e RDIs dos blocos exploratórios (Fase de Exploração) e resilição contratual. Avaliação do abandono permanentes de poços exploratórios e recuperação da áreas dos blocos exploratórios.- Superintendência de Participações Governamentais (SPG): avaliação da cobrança das participações governamentais dos blocos e campos contratados e avaliação do abatimento das Participações Especiais (PE).- Superintendência de Promoção de Licitações (SPL) : licitação de áreas devolvidas à ANP e assinatura dos contratos.- Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM): análise e aprovação dos PDIs e RDIs dos campos e acumulações marginais. Avaliação dos sistemas de gerenciamento de riscos durante o descomissionamento, bem como dos regulamentos acessórios (Resoluções ANP n.º 43/2007 - SGSO, 41/2015 - SGSS e 46/2016 - SGIP).					Lei 10.308	Requisitos gerais para o destino dos rejeitos radioativos e as regras para a escolha do local, construção, operação, licenciamento, financiamento, responsabilidade civil e garantias relacionadas com o armazenamento e deposição.
Resolução ANP Nº 43/2007	Regime de Segurança Operacional para as Instalações de Perfuração e Produção de Petróleo e Gás Natural - SGIP	CONAMA Nº 23/1994	Licenciamento de atividades relacionadas à exploração e lavra de jazidas de combustíveis líquidos e gás natural	NORMAM-07/DPC	Normas da autoridade marítima para atividades de inspeção naval	Norma CNEN-NN-8.02 (2014)	Critérios gerais e requisitos básicos de segurança e de proteção radiológica para o licenciamento de instalações de armazenamento e deposição de rejeitos de Baixo e Médio Nível de Radiação (RBMN)
Resolução ANP Nº 46/2016	Regime de Segurança Operacional para Integridade de Poços de Petróleo e Gás - SGIP	CONAMA Nº 237/1997	Dispõe sobre conceitos, sujeição, e procedimento para obtenção de Licenciamento Ambiental, e dá outras providências	NORMAM-08/DPC	Normas da autoridade marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas jurisdicionais brasileiras	Norma CNEN-NN-3.01	Conceitos de isenção e dispensa de controle regulatório adotados no País
Resolução ANP Nº 41/2015	Regulamento Técnico do Sistema de Gerenciamento de Segurança Operacional de Sistemas Submarinos – SGSS	Portaria MMA Nº 422/2011	Dispõe sobre procedimentos para o licenciamento ambiental federal de atividades e empreendimentos de exploração e produção de petróleo e gás natural no ambiente marinho e em zona de transição terra-mar.	NORMAM-11/DPC	Normas da autoridade marítima para obras, dragagens, pesquisa e lavra de minerais sob, sobre e às margens das águas jurisdicionais brasileiras	Norma CNEN-NN-8.01	Níveis de isenção de materiais radioativos
Regulamento Técnico ANP Nº 2/2011	Regulamento Técnico de Dutos Terrestres para Movimentação de Petróleo, Derivados e Gás Natural – RTDT					Norma CNEN-NN-5.01	Transporte de Materiais Radioativos

Ator principal: CONTRATADO		OUTRAS (Brasileiras)		OUTRAS (Não Brasileiras)	
REFERÊNCIAS NORMATIVAS DE DESMANTELAMENTO DE INSTALAÇÕES:					
Resolução ANP Nº 817/2020	<ul style="list-style-type: none">- Dever de cumprimento integral das normas regulatórias e dos dispositivos de licenciamento ambiental, contratos de E&P- Realizar estudos e pesquisas;- Realizar a comunicação e encaminhar as informações necessários aos agentes reguladores;- Efetuar o pagamento das participações governamentais e o custeio das atividades de descomissionamento;- Elaborar os programas e relatórios de descomissionamento;- Mitigar dos riscos à vida humana, meio ambiente e demais usuários das áreas contratadas;- Compor e manter um sistema de gerenciamento de segurança operacional e meio ambiente íntegro e robusto.	NR-34	Estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção à Segurança, Saúde e ao Meio Ambiente, nas atividades da indústria de construção, reparação e desmonte naval	Convenção de Hong Kong	Convenção Internacional para a Reciclagem Segura e Ambientalmente Adequada de Navios
		Lei nº 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS)	Regulamento da União Europeia nº 1257 de 2013	Resolução A.672 (16), de 1989, da Organização Marítima Internacional
Demais Regulamentos	- Cumprir todos os dispositivos	Instrução Normativa Interministerial MD/MMA nº 2, de 07.07.2016 - DOU de 08.07.2016	Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito	Convenção de Basileia	Regulamento (EU) nº 1257/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho
				Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)	Código de Quebramento de Navios (SHIP BREAKING) da Índia, de 2013 e a Lei nº 49/2019, sobre Reciclagem de Navios da Índia
				Convenção sobre o Controle de Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos e seu Depósito	